

Carlos Jeque critica opção por David Simango

A Frelimo confundiu o povo

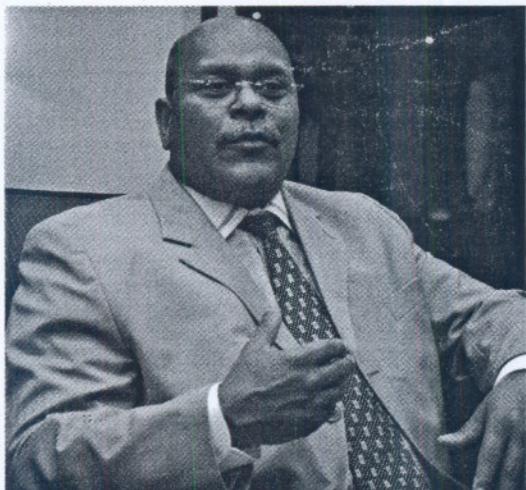


Foto: Roberto Paqueta

Para o jurista e analista político, Carlos Jeque, ao retirar Eneas Comiche da corrida eleitoral para o seu segundo mandato, o partido Frelimo "abriu um espaço que vai criar algumas dificuldades de controlar internamente, porque em certa medida, confundiu as pessoas e não vai dar uma explicação cabal das atitudes que foram tomadas.

Quando não há uma informação verdadeira, há boatos, e os boatos trazem reacções inesperadas. A expectativa das pessoas era que Eneas Comiche renovasse o seu mandato. Até porque, o que se vê agora, maior parte dos candidatos,

mesmo os que tiveram mau desempenho, viu os seus mandatos serem renovados. Então, o que terá ditado para que os tais militantes de base hoje preferissem afastar Eneas Comiche e apostassem em David Simango, um indivíduo que até já esteve no Conselho Municipal como vereador – creio da Juventude e Desportos e que teve mau desempenho. Como é que não vamos ficar confundidos todos nós".

Por outro lado, Jeque diz que Eneas Comiche "não criou, a nível do partido, condições políticas para favorecer a sua recandidatura para o segundo mandato". Não basta só o bom

desempenho, é preciso associar uma série de condições como simpatias a nível das bases para assegurar o voto e, no caso vertente, Comiche não se encaixou nesses critérios". Jeque aponta como exemplo o facto de Comiche ter afastado, e aparentemente marginalizado, os secretários do partido que nos anteriores mandatos tiravam alguns benefícios da liderança da Frelimo no município de Maputo. "Comiche não deu expectativas aos secretários que o actual cenário pudesse inverter caso fosse eleito para mais um mandato. E eles fizeram destas eleições internas um momento de vingança". ■

Para o ciclo eleitoral que se avizinha

Bispos católicos apelam à despartidarização dos órgãos eleitorais

A neutralidade e a despartidarização dos órgãos eleitorais constituem parte dos apelos feitos pelos bispos católicos de Moçambique, através de uma carta pastoral endereçada às comunidades cristãs de Moçambique e a homens de boa vontade. Os bispos desencorajam também a candidatura de líderes incompetentes, desonestos e corruptos aos próximos pleitos eleitorais. A missiva em referência é datada de 25 de Agosto corrente.

A mais recente carta pastoral chega ao público volvidos cerca de dois meses depois da publicação de outra, que, na altura, foi muito mediatizada. Na carta anterior a esta, os líderes da igreja católica em Moçambique denunciavam a alegada partidarização das instituições do Estado. Desta vez, os clérigos voltaram a entrar em cena, para denunciarem aspectos que atentam contra a jovem democracia moçambicana.

Na missiva em referência, os bispos de Moçambique destacam também as experiências positivas que o país tem vindo a registar desde o fim da guerra dos 16 anos, em 1992. Reconhecem os ganhos conquistados com o advento da democracia. E, é para a consolidação e preservação desta democracia que exortam ao abandono de certas práticas contrárias a princípios democráticos, mas que, segundo referem, teimam em prevalecer na vida sociopolítica nacional.

Quanto ao que corre mal, os bispos denunciam e repudiam a violência que caracteriza os períodos eleitorais em Moçambique, em que, conforme referem, os políticos protagonizam escaramuças na luta pelo protagonismo eleitoral. Estas práticas sucedem habitualmente nas zonas rurais.

Titulares de órgãos eleitorais ao serviço dos partidos políticos

De acordo com os líderes da igreja católica em Moçambique, os órgãos eleitorais caíram em descrédito nos olhos do cidadão, porque os seus titulares manifestam, explicitamente, que estão ao serviço dos respectivos

“ os líderes da igreja católica em Moçambique denunciavam a alegada partidarização das instituições do Estado ”

partidos. “Revela-se na não aceitação dos resultados dos pleitos eleitorais, atitude que acaba manchando o árduo e abnegado trabalho desenvolvido por centenas de profissionais honestos e frustra milhões de moçambicanos que depositam as suas esperanças nessas instituições”, sublinham.

A crescente abstenção de eleitores nas votações é outro ponto que mereceu a análise do prelado. Os bispos mencionam como sendo os principais motivos que estão por detrás da renúncia ao voto, dentre vários aspectos “o facto de alguns partidos manipularem informações sobre a realidade do país”; a “fraca e deficiente” qualidade de prestação de serviços ao público devido à corrupção que (dentre razões diversas) é apontada também como sendo uma das causas que desmotiva o povo a votar.

Democracia sã

Perante os vários atropelos à democracia aqui denunciados, os bispos fazem recordar as exigências necessárias para a construção de um sistema democrático saudável e que não ameaça a paz de que o país desfruta.

A neutralidade dos órgãos eleitorais, a divulgação e aplicação à risca da legislação eleitoral vigente são, dentre vários aspectos, os que se devem melhorar em Moçambique. A liberdade de voto do cidadão independentemente de ser ou não funcionário público bem como a intensificação das campanhas de educação cívica são outros aspectos a serem melhorados. Entretanto, o prelado exige a candidatura, aos pleitos eleitorais, de indivíduos competentes, honestos e credíveis, ou seja, de cidadãos que conhecem a realidade do povo cujos destinos pretendem liderar; que nas tomadas de decisões, não favoreçam uns em detrimento de outros, e sobretudo que não sejam líderes corruptos.

Órgãos públicos de informação

Outro aspecto duramente criticado pelos bispos católicos é a falta de imparcialidade por parte de alguns órgãos de informação, concretamente os públicos. Segundo a carta que temos vindo a citar, “verifica-se que o partido no poder goza de privilégios na divulgação das suas acções” o que resulta no progressivo descrédito do povo em relação a determinados órgãos públicos de informação.

Recordar que a igreja católica, que hoje reclama manobras anti-democráticas pela parte do partido no poder, foi um dos principais negociadores do Acordo Geral de Paz, assinado a 4 de Outubro de 1992, em Roma, capital italiana. ■